

Mudanças no modelo

Os instrumentos privados de financiamento do agronegócio, juntamente com a nota promissória rural e as vendas a termo, respondem por parte expressiva do financiamento da agropecuária. A safra 2004/2005 negociou entre R\$20 e R\$30 bilhões, na forma de CPR. É uma cifra expressiva, quando comparada com os R\$39,5 bilhões programados para empréstimos via crédito rural controlado.

A evolução do montante de recursos oficiais emprestados anualmente para a agropecuária no período de 1970 a 2003 distingue três períodos para análise:

1. De 1970 a 1980: montantes crescentes de empréstimos a taxa de juros reais bastante subsidiadas;
2. De 1981 a 1996: aumento da taxa de juros real e redução do volume de crédito;
3. A partir de 1997: crescimento no volume de crédito, com predomínio de taxas de juros reais positivas, mas inferiores às vigentes na primeira metade da década de 1990.

As tendências de volume de crédito rural oficial e taxa de juros reais se associam. Até meados da década de 1980, as principais fontes foram os recursos do tesouro nacional e os oriundos dos depósitos à vista. A partir da segunda metade da década de 80, as crises fiscais inviabilizavam o Estado de usar os recursos tributários para financiar a agropecuária. A aceleração inflacionária diminuía o montante de depósitos à vista e incrementava os depósitos a prazo.

As quedas das exigibilidades

CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA*
GUSTAVO DE SOUZA E SILVA**



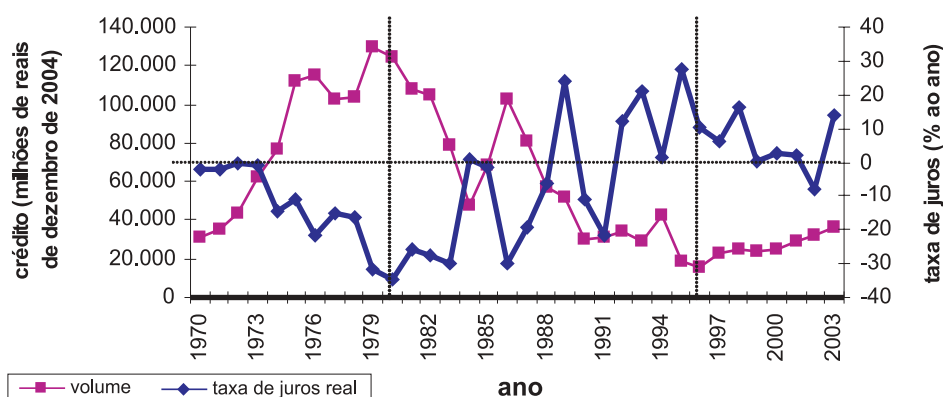
sobre os depósitos à vista forçaram a busca por novos mecanismos de financiamento da agropecuária. Pela resolução nº 1.188 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 05/09/1986, foi criada a poupança rural, com taxas de juros superiores às que se cobrava usando os recursos das exigibilidades.

Diversos fatores explicam a redução no volume e nos subsídios do crédito rural concedido nos anos de 1990 a 1996, tais como: a) inadimplência dos agricultores; b) menor importância das fontes de recursos com baixos custos de captação (tesouro nacional e os recursos obrigatórios dos depósitos à vista), maior participação de recursos com maior custo de empréstimo.

A primeira metade da década de 1990 presenciou significativos atrasos nos pagamentos das dívidas de crédito rural e discussões sobre a renegociação, como a securitização e o Programa Especial para Saneamento de Ativos (PESA):

- A Lei no 9.138, de 29/11/1995 instituiu a securitização;
- Refinanciamento de dívidas de valores até R\$200 mil;
- Pagamentos em parcelas anuais de 7 a 10 anos;
- Juros nominais de 3% mais a variação do preço mínimo;
- A Resolução no 2.471 do CMN de 26/02/1998 instituiu o PESA;
- Dívidas acima de R\$200 mil;
- Prazo para pagamento de 20 anos;
- Encargos iguais ao IGP-M

Evolução do valor e da taxa de juros real do crédito rural - 1970 a 2003



Fonte: BACEN e Bacha et al (2005).

ma bancário a diferença entre a taxa de juros que o mesmo gostaria de receber nas operações de crédito rural e a que de fato os bancos recebem dos produtores rurais (fixadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR). Com isso,

acrescidos de juros de 8% a 10% ao ano;

Em 22/08/1994, por meio da Lei no 8.929, foi criada a cédula de produto rural (CPR), que permite ao agricultor a venda antecipada de um produto agropecuário a ser colhido em futuro próximo. Com isso, o produtor rural pode antecipar a sua receita, mas utilizando um instrumento normatizado pelo governo e que pode ser avalizado pelo sistema bancário. A criação da CPR impulsionou o uso de recursos livres para financiar a agropecuária.

Além das CPRs físicas, baseadas na entrega do produto, a partir de 19 de janeiro de 2000, com base na seqüência das medidas provisórias 2.017, 2.042 e 2.117, que se converteram na Lei no 10.200 de 14/02/2001, passou-se a negociar CPRs financeiras, nas quais o valor adiantado ao produtor era atualizado de acordo com um índice de preços acertado entre o produtor rural e o comprador da CPR. Esse índice de preços pode ser vinculado ao produto negociado ou a um indicador de inflação. Com a criação da CPR financeira, o volume negociado com CPR aumentou significativamente, pois o sistema bancário passou a ser comprador de CPR, e não apenas o seu avalista, pois a CPR passou a ser mais atrativa aos investidores.

A partir da segunda metade da década de 1990, o governo federal

passou a ser mais seletivo na concessão do crédito rural oficial, beneficiando a agricultura familiar. Em 28/06/1996, por meio do Decreto no 1.946, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O intuito desse programa é financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas diretamente pelo produtor rural e sua família. Entre as atividades não agropecuárias, estão contempladas as relacionadas a turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e prestação de serviços no meio rural.

A partir de 1997, o volume de crédito rural volta a aumentar com: 1) A diminuição da taxa de inflação, o que elevou o volume de depósitos à vista captados pelos bancos e, conseqüentemente, implicou maior oferta de crédito; 2) A maior adimplência dos agricultores, o que permitiu maior interesse na concessão de crédito pelos bancos; 3) A implantação do sistema de equalização dos juros por parte do Tesouro Nacional. Nesse sistema, o Tesouro Nacional paga ao siste-

o Tesouro Nacional faz com que os bancos se interessem mais por conceder créditos à agropecuária; 4) A criação de linhas de crédito específicas para o financiamento de investimento, tais como o Moderinfra e o Moderfrota. Com

Mudanças no financiamento da agropecuária na década de 1990

- (1) Diminuição da importância do tesouro nacional na concessão de recursos para o crédito rural;
- (2) Criação de instrumentos privados de financiamento da atividade rural;
- (3) Aumento da taxa de juros real cobrada no crédito rural.

Formas de financiamento da agropecuária

	Tesouro nacional	Exigibilidades	Poupança rural*
1985	63,98%	32,36%	—
1989	23,96%	14,45%	51,62%
1990	26,72%	27,38%	39,9%
1995	3,48%	16,88%	52,3%

(*) Com recursos livres em 1990 e 1995

esses programas, os créditos de investimento cresceram significativamente, passando de 16,9% do crédito total em 2000 para 22,9% em 2003.

Apesar do crescimento do volume real de crédito rural nos últimos oito anos, o montante emprestado em 2003 é bem próximo do concedido em 1971. Dentro de sua filosofia de busca por novas fontes de financiamento da agropecuária, no final de 2004, o governo federal criou novos títulos de financiamento, agora, os estendendo aos demais segmentos que compõem o agronegócio, e não se limitando à agropecuária. ■